

CLIPPING

Veículo: Época Data: 04/07/2013 Pág: Online

Como reduzimos o desmatamento

Com tecnologia e inteligência, o Brasil acabou com o crédito para a devastação ilegal e estimulou os produtores rurais a cuidar das florestas

A Floresta Amazônica recupera parte de seu aspecto original na fazenda Bang Bang, no município paraense de São José do Xingu. Com um sistema inovador, o proprietário da fazenda, o paulistano Luiz Castelo, adaptou as plantadeiras que semeiam o pasto para distribuir sementes de árvores nativas da região. Cerca de 3% da área de pastagens voltou a ser floresta. Os bois ficaram um pouco mais apertados. Nada perceptível a olho nu. A fazenda continua produzindo carne, soja e milho. E dando lucro. Castelo não replanta por inclinações ambientalistas. Ele procurou a Secretaria de Meio Ambiente do Estado para regularizar sua situação e recuperar o que fora derrubado além do limite legal. “Foi um erro do passado”, diz. Os vizinhos também vêm recuperando suas áreas verdes legais. “Alguns estão replantando e outros simplesmente deixam a mata voltar a crescer”, afirma Castelo.

O replantio ainda não é disseminado na Amazônia. Ainda assim, o desmatamento caiu. No final dos anos 1990, a floresta perdia cerca de 20.000 quilômetros quadrados por ano, o equivalente a metade do Estado do Rio de Janeiro. Em 2004, a devastação chegou a 25.000 quilômetros quadrados. Desde então, caiu para 4.300 quilômetros quadrados no ano passado, a menor taxa desde que o índice começou a ser calculado, em 1988. É a maior redução na taxa de devastação ambiental do mundo nas últimas décadas. Essa vitória contra o desmatamento ilegal não é exatamente uma série de polícia e ladrão, com tiros ou perseguições. Foi obtida com inteligência. Envolveu pesquisas para entender e monitorar a exploração da floresta. E incentivos para uma economia ecologicamente saudável.

O futuro da Amazônia começou a mudar no final dos anos 1990, quando os grandes incêndios florestais podiam ser vistos do espaço. Apesar da vergonha internacional, mesmo as autoridades brasileiras pouco entendiam por que se destruía a floresta. Em 2000, quando o Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) publicou um censo das madeiras legais e clandestinas da região, quase 80% da madeira vinha de exploração predatória. Outro estudo, do Imazon com o Banco Mundial, revelou o ciclo de devastação. Primeiro, um especulador invade terras públicas sem titularidade definida. Em associação com uma madeireira, tira as árvores valiosas. São poucas por hectare. Depois da rapina, resta uma floresta derrubada para fazer carvão vegetal. O fogo abre lugar a pastagens plantadas sobre as cinzas, cuja produtividade dura pouco. A seguir, os bandidos partem para uma nova frente. O ciclo leva cerca de 15 anos. “Alguns madeireiros, grileiros e pecuaristas acumularam ganhos de curto prazo. Mas o município termina mais pobre do que começou”, diz Adalberto Veríssimo, do Imazon. Enquanto as pesquisas avançavam, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)

desenvolveu a tecnologia mais moderna do mundo para monitorar o desmatamento por satélites. Desde 2004, o sistema vigia a Amazônia quase diariamente. Com informação, foi possível agir.

A primeira experiência bem-sucedida de combate à ilegalidade desmontou as quadrilhas que exportavam mogno, a madeira mais cara da floresta. “Era o símbolo do conflito na região”, diz o engenheiro florestal Tasso Azevedo. Ele coordenou as ações contra o desmatamento no Ministério do Meio Ambiente de 2003 a 2009. O esquema da quadrilha era engenhoso. Os compradores internacionais pagavam adiantado. Com o sinal, os madeireiros cortavam o mogno e facilitavam a ação de apreensão dos agentes do Ibama. O órgão não prendia ninguém e leiloava o lote. Os mesmos madeireiros compravam a madeira, que, então legalizada, podia ser exportada. “Em 2003, fizemos uma apreensão recorde, mas não leiloamos. A madeira foi doada”, diz Azevedo. As quadrilhas ficaram sem crédito e quebraram. O tráfico do mogno praticamente acabou. “Aquilo nos ensinou a atacar a base econômica do negócio predatório”, afirma.

Em 2008, o governo secou o crédito para a devastação ilegal. Uma resolução do Conselho Monetário Nacional proibiu os bancos de financiar agropecuária na Amazônia sem documentação ambiental. Também foi suspenso o crédito rural nos municípios campeões de desmatamento. Os fazendeiros foram obrigados a buscar o Ministério Público e a se ajustar, como na Bang Bang. “Até então, o desmatamento não afetava a vida do produtor”, diz Justiniano Netto, secretário do Programa Municípios Verdes do Estado do Pará. “Com o fim do crédito, virou problema do prefeito e dos produtores rurais. A sociedade local começou a se mobilizar.” Em 2010, o município de Paragominas foi o primeiro a deixar a lista suja de desmatamento e a mostrar que é possível reescrever a história na região. A floresta não deve ficar intocada. Parte da mata de uma propriedade pode ser derrubada, respeitando os limites legais. Em compensação, muitas fazendas que cortaram além da conta, como a Bang Bang e seus vizinhos, precisam se recuperar. Existe uma área do tamanho do Estado de São Paulo já desmatada e mal aproveitada.

Ainda há desafios. Dados recentes mostram que o desmatamento cresceu no último ano. Principalmente em assentamentos ou nas vizinhanças de grandes obras. Nos próximos 20 anos, a Amazônia receberá US\$ 200 bilhões para estradas, ferrovias, hidrelétricas ou mineração. Elas podem incentivar o progresso ou a destruição. Depende de como forem feitas. É nossa grande oportunidade de aproveitar o tesouro amazônico.